

PROJETO DE LEI nº 057/2016 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE ILÓPOLIS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 17.414.800,00 (Dezessete milhões quatrocentos e quatorze mil e oitocentos reais)

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	7.509.160,00	10.871.890,00	18.381.050,00
Receita Tributária	541.750,00	377.750,00	919.500,00
Receita de Contribuições	0,00	423.940,00	423.940,00
Receita Patrimonial	82.700,00	1.808.300,00	1.891.000,00
Receita Agropecuária	2.800,00	0,00	2.800,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	116.700,00	500,00	117.200,00
Transferências Correntes	6.742.800,00	8.203.760,00	14.946.560,00
Outras Receitas Correntes	22.410,00	57.640,00	80.050,00

2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00	303.750,00	303.750,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	40.000,00	40.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00	10.000,00	10.000,00
Transferências de Capital	0,00	243.750,00	243.750,00
Outras Receitas de Capital	0,00	10.000,00	10.000,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	1.030.000,00	1.030.000,00
Receita de Contribuições – Intraorç.	0,00	1.030.000,00	1.030.000,00
Receita Patrimonial – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens – Intraorç.	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	2.300.000,00	2.300.000,00
Deduções do Fundeb		2.300.000,00	2.300.000,00
TOTAL	7.509.160,00	9.905.640,00	17.414.800,00

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 17.414.800,00 (Dezessete milhões quatrocentos e quatorze mil e oitocentos reais) sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 10.406.974,00 (Dez milhões quatrocentos e seis mil novecentos e setenta e quatro reais);
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 7.007.826,00 (Sete milhões sete mil e oitocentos e vinte e seis reais);

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	7.037.260,00	7.378.834,72	14.416.094,72
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.384.500,00	3.627.682,40	7.012.182,40

3.1 - Pessoal e Encargos Social Operações Intraorçamentárias	623.150,00	326.850,00	950.000,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	21.000,00	0,00	21.000,00
3.2 – Juros e Encargos da Dívida - Intra	18.000,00		18.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	2.990.610,00	3.424.302,32	6.414.912,32
3.3 - Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	
4. DESPESAS DE CAPITAL	321.900,00	419.805,28	741.705,28
4.1 – Investimentos	171.900,00	419.805,28	591.705,28
4.1 – Investimentos – Op.Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
4.2 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
4.2 – Inversões Financeiras – Op.Intraorçamentárias.	0,00	0,00	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	88.000,00	0,00	88.000,00
4.3 – Amortização da Dívida – Op.Intraorçamentárias.	62.000,00		62.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	2.107.000,00	2.257.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00	0,00	150.000,00
Reserva de Contingência - RPPS	0,00	2.107.000,00	2.107.000,00
TOTAL	7.509.160,00	9.905.640,00	14.414.800,00

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 2609/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2017, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 10 por cento da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 10 por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Parágrafo único. Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins da alínea b do inciso I do caput, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2016, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º No caso do Poder Executivo, o limite autorizado no artigo 7º, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Art.10 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art.11 Obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13 Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 2609 /2016,

que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Para efeito para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.